

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

PREFEITO CORONEL DAVID

VICE-PREFEITA JULIANA PADILHA

CADERNO DE PROPOSTAS

PARA PLANO DE GOVERNO

CAMPO GRANDE 2016

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

PREFEITO CORONEL DAVID

VICE-PREFEITA JULIANA PADILHA

**POR UMA CAMPO GRANDE
MELHOR**

Candidato a Prefeito de Campo Grande 2106

CARLOS ALBERTO DAVID DOS SANTOS – CORONEL DAVID

Candidata a Vice-Prefeito de Campo Grande

JULIANA PADILHA

PLANO DE GOVERNO

POR UMA CAMPO GRANDE MELHOR

“O impulso de melhorar a vida dos campo-grandenses e o tamanho dos desafios me encorajam e vejo na política a arte de servir ao próximo.”
(Coronel David)

Precisamos resgatar a auto-estima dos habitantes de Campo Grande. E para tanto precisamos de uma profunda reforma administrativa, com foco na descentralização e eficiência. Nos últimos meses debatemos diariamente nos encontros que tivemos com os cidadãos campo-grandenses, nos bairros, nos conselhos profissionais, nas entidades de trabalhadores e empresários, nas faculdades, escolas e nas redes sociais o que as pessoas anseiam para os próximos quatro anos.

Esta riqueza de opiniões nos levou a elaborar estas propostas para o nosso plano de governo, que tem por primordial a valorização da vida, da família, do respeito às leis e do combate intransigente à corrupção.

Campo Grande sempre se mostrou uma cidade rica em oportunidades e hoje, mais do que nunca, precisa renovar suas forças para garantir o futuro e o bem-estar das pessoas que aqui constroem seus sonhos. Precisa de estratégias consistentes para enfrentar os problemas de gestão e melhorar o atendimento às demandas da população.

Já é hora de modernizar e melhorar o diálogo na administração pública e compreender que o senso de urgência é tarefa do setor público.

PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO DO CANDIDATO CORONEL DAVID

Apresentamos ao Povo de Campo Grande os Princípios Fundamentais que nortearão, através da participação popular, a construção coletiva do nosso Plano de Governo para uma gestão melhor e inovadora, que serão as bases da Administração Municipal na nossa gestão a partir de 01 de janeiro de 2017.

EIXOS – linhas principais que orientarão todas as ações governamentais.

OBJETIVOS - Identificar e propor soluções para os problemas, com erradicação do desperdício dos recursos públicos, buscando na valorização e qualificação dos Servidores Públicos uma ação mais eficaz e humanizada, visando atender a população com maior eficiência.

É nosso propósito buscar a melhoria sinérgica dos índices de desenvolvimento humano, para alcançar uma gestão municipal de qualidade, com mais seriedade, ética, respeito e eficiência no atendimento ao povo de Campo Grande.

Com base nos conceitos acima descritos a chapa **“POR UMA CAMPO GRANDE MELHOR”** apresenta para avaliação da sociedade de Campo Grande – MS, propostas para o plano de governo para o quadriênio 2017-2020 baseado em 04 (quatro) eixos principais e 20 (vinte) objetivos, a seguir:

1.EIXOS

1.1 MUNICÍPIO INDUTOR - considerando os vários interesses de todos os setores e atores da sociedade, a chapa **POR UMA CAMPO GRANDE MELHOR** entende que é dever do município planejar estrategicamente, e fortalecer a governança para que haja inter-relação dos destinos com todos que estão inseridos. Buscar induzir, incentivar e catalisar o desenvolvimento municipal, com equilíbrio e

respeito ao meio ambiente. Será, assim, o eixo do fortalecimento econômico, emprego, renda, lazer e meio ambiente;

1.2 MUNICÍPIO LEGAL – é a verdadeira aplicação das normas que regem a sociedade. Dentro deste conceito, caberá ao executivo dar exemplo de cumprimento às leis que regem a administração pública. Caberá ao Executivo executar o orçamento, pois este respeito orçamentário dará segurança às diretrizes orçamentárias e planos plurianuais, bem como dará acessibilidade e inclusão ao direito e vida plena nos ambientes funcionais, sem preconceitos, indiferenças e/ou discriminações, onde todos os segmentos estarão representados e acompanhando a deliberação dos recursos públicos. Esta premissa contém o respeito aos poderes, aos conselhos municipais, à representatividade do povo na câmara municipal e o respeito ao cidadão;

1.3 MUNICÍPIO TRANSPARENTE – busca estabelecer uma rede de controle da gestão pública municipal, constituindo instrumentos, ações e programas de prevenção e combate sistemático à corrupção. Será norma subsidiar os membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul na defesa do patrimônio público municipal, prestar esclarecimentos a Câmara Municipal, Conselhos Municipais, Tribunal de Contas e demais setores da sociedade organizada, bem como garantia de acesso à informação à sociedade e à imprensa, a fim de que sejam feitas análises preventivas de atos administrativos. Por fim, iremos fortalecer a ouvidoria, encurtando o tempo de resposta ao denunciante;

1.4 MUNICÍPIO DE TODOS – a chapa **POR UMA CAMPO GRANDE MELHOR** entende que é imprescindível promover o desenvolvimento social, urbanístico, econômico, com prevalência assegurada dos direitos constitucionais, o que tornará Campo Grande um município igual e com oportunidades para todos. O atendimento sistemático aos menos assistidos para que resgatem a dignidade, tendo acesso ao emprego, à renda, à educação, à saúde, à assistência social, à defesa à vida e ao patrimônio será a base deste eixo.

1. OBJETIVOS

1.1 EDUCAÇÃO – Direcionar as escolas municipais no sentido de oferecer infra-estrutura ideal; valorização dos professores e do pessoal administrativo; comprometimento com a qualidade de ensino; priorizar a construção de CEINF's e Escolas de Tempo Integral a fim de combater a defasagem existente, possibilitando aos Pais manterem seus empregos com segurança; buscar oferecer segurança aos alunos, professores e demais servidores dentro e fora de sala de aula; adquirir e entregar, com a devida pontualidade, os uniforme e materiais escolares, de acordo com os padrões exigidos pelo MEC, e, finalmente, implantar a Escolarização para que tenhamos qualidade na merenda escolar.

1.2 SAÚDE – Implantar um modelo de saúde pública de qualidade, discutido com o Conselho Municipal, onde a valorização da classe médica, através do salário, humanizará o primeiro atendimento nas unidades de saúde; informatizar consultas e atendimentos, de acordo com os dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e/ou plano de saúde; criar plano de cargos e salários, com base em produtividade, resolutividade e meritocracia para todos os profissionais da área da saúde; gestão dos estoques de remédios, fazendo as licitações tão logo os estoques cheguem aos limites de segurança. Priorizar a saúde preventiva com ênfase a limpeza de terrenos baldios, ruas, lixões, esgotos, evitando epidemias. Aperfeiçoar equipe móvel visando desafogar qualquer unidade que porventura venham sofrer demanda acima do normal. Reforçar e remunerar a Pediatria minimizando sofrimento das crianças. Redimensionamento dos leitos hospitalares e em hipótese alguma terceirizar a saúde pública de Campo Grande; construir hospital de cirurgias eletivas, bem como criar o Centro de Especialidades Médicas para crianças; aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de unidades de pronto atendimento/UPA, de serviços de atendimento móvel de urgência/Samu, de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.

1.3 SEGURANÇA - Integrar e modernizar as ações municipais de segurança pública de forma transparente e participativa, visando garantir a qualidade de vida aos campo-grandenses; Adotar um modelo de gestão integrada de segurança pública municipal com representantes da sociedade nas discussões com os outros poderes e esferas governamentais; Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Pública; Modernizar o sistema municipal de vídeo monitoramento com a participação da Guarda Municipal, dos órgãos de segurança pública estaduais e federais e também da sociedade; Fortalecer a Guarda Municipal visando uma atuação mais efetiva e racional, com ênfase na preservação da vida e do patrimônio, realizando investimentos em pessoal, material e equipamentos; Reestruturar a Agetran visando uma atuação mais efetiva e racional, com ênfase na preservação da vida; Aperfeiçoar a legislação para Eventos Populares buscando segurança plena aos participantes e ao público em geral; Incorporar conceitos da arquitetura contra o crime nas práticas de planejamento urbano; Engajar os Conselhos Comunitários de Segurança e Tutelares nas ações preventivas de segurança; Promover a pesquisa e a inclusão das ciências aplicadas à redução da criminalidade, bem como interagir com a comunidade acadêmica para realizar estudos visando o entendimento mais apurado do fenômeno da violência/criminalidade; Realizar parcerias com o Estado e União buscando investimentos que garantam a efetividade das ações preventivas ao cidadão;

1.4 INFRAESTRUTURA – É necessário o entendimento que atualmente o modelo municipal de gestão da infra-estrutura contempla somente serviços de terceiros. Trata-se do maior gargalo financeiro e administrativo da Prefeitura, onde as obras foram feitas e fiscalizadas em desconformidade com os padrões contratados, além de gerar uma grande demanda de manutenção, pela precariedade das obras, tornando um ralo do dinheiro público. Reparar a Secretaria de Infra-estrutura, realizando um diagnóstico preciso e fundamentado nos

serviços já feitos, principalmente asfalto, fazendo com que a ampliação da malha asfáltica de Campo Grande passe a ser um grande desafio e objetivo. Com elaboração de Projetos para captação de financiamentos e a discussão da contribuição de melhoria com os beneficiados é possível avançar muito no sentido de aumentar a malha viária. Somos sabedores que os convênios com o Governo Federal no Programa de Aceleração e Crescimento - PAC's estão atrasados em seu cronograma, por falta de contrapartida e licitação. A priorização das licitações com a conseqüente exigência de qualidade na prestação dos serviços a serem executados será o marco inicial do objetivo de mudar a lógica da infra-estrutura do município de Campo Grande;

1.5 EMPREGO E RENDA – Atrair investimentos para Campo Grande com a indução de escolas e universidades para qualificação da mão de obra é dever do município. Portanto, priorizar as ações da SEDESC e o funcionamento dos respectivos Conselhos Municipais, aliados a programas de incentivos fiscais já existentes no âmbito estadual e municipal, farão com que rapidamente venhamos a ter o oferecimento de vagas de trabalho. É bom ressaltar que a exploração do turismo também está acéfala, trazendo sérios prejuízos à economia local, sendo que o apoio a atividades esportivas como futebol nacional, competições automobilísticas, e o turismo de eventos aquecerá a economia municipal. Outra situação existente é fazer com que o poder público municipal aja com rapidez na avaliação de imóveis e no fornecimento de alvarás, realizando o pagamento em dia às empresas contratadas, visto que o setor de construção civil está desmotivado com o tratamento dado pela prefeitura municipal; Estimular a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos mercados de trabalho, público e privado.

1.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL – Promover efetivamente a inclusão social da população em situação de risco,

vulnerabilidade e pobreza articulando as competências municipais, estaduais e federais cujo foco seja a erradicação da pobreza. A prefeitura municipal não pode entender que o assistencialismo tem como fundamento somente garantir ao ser humano a capacidade de consumo e a satisfação de suas necessidades essenciais, que não se esgotam na sua subsistência. Com esse viés, buscará a chapa **POR UMA CAMPO GRANDE MELHOR** desenvolver e apoiar programas assistenciais que protejam, direcionem, assistam de maneira continuada ou não, todas as ações que assegurem, juntamente com a saúde, a educação, o esporte, a cultura, a mobilidade, a segurança, condições de vida digna a qualquer cidadão campo-grandense, bem como desenvolver políticas direcionadas ao bem-estar dos idosos.

1.7 CULTURA – Democratizar e dar transparência aos processos decisórios, assegurando a participação social nas instâncias deliberativas da política cultural, fortalecendo o Conselho Municipal de Cultura; É preciso que se compreenda a pluralidade de interesses nas atividades culturais e a árdua luta de vinculação de receita para a atividade. Buscará o governo empreender discussões acentuadas para evolução do pleito, visando incentivar os pontos de vistas distintos que se confrontam, pois esse universo rico e abstrato, não poderá, em hipótese alguma, ser emudecido.

1.8 ESPORTE E LAZER – É necessário o aperfeiçoamento e o incentivo. Existem praças e parques que terão que ser aproveitados, reformados e direcionados, fortalecendo as atividades esportivas de todas as modalidades, a fim de atingir todas as idades e aumentando a frequência de famílias ao lazer. Dotar os atuais parques de infra-estrutura, além do oferecimento de profissionais capacitados para desenvolvimento esportivo e de lazer é prioridade dessa gestão. Projetos de implantação de outras praças, além das academias ao ar livre, serão prioridades, além de realizar o

oferecimento de natação, escolinhas de futebol e de dança, skate, natação, caminhadas e corridas assistidas: assegurar a ampla participação dos portadores de necessidades especiais e garantir equipamentos adequados; Integrar a atividade física com ações de saúde da família e em grupos específicos (idosos, diabéticos e outros) e estimular o empreendedorismo nas áreas de atividade física, saúde e esporte.

1.9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – Área encontra-se sucateada e sem apoio aos profissionais na área de TI. Buscar resgatar a sua autoestima, com valoração para que o mesmo promova a criação, o desenvolvimento e integração de todas as esferas administrativas da prefeitura; Projeto de monitoramento da cidade, uma vez implantado, auxiliará sobremaneira, a segurança dos cidadãos. Outro projeto que deverá ser desenvolvido é o de transparência dos atos administrativos e da gestão pública, além do fornecimento e rapidez de informações para acompanhamento e tomada de decisão na gestão pública e interatividade com a sociedade na prestação de serviços públicos de polícia (emissão de taxas e guias, certidões).

1.10 PLANEJAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE – Aperfeiçoar o sistema previdenciário buscando preservar direitos dos servidores e fortalecendo o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campo Grande (IPMCG); planejar e elaborar, após ouvido todos os setores da sociedade organizada, projetos de leis para serem discutidos e aprovados na Câmara Municipal, fazendo exercer a representatividade e despertar a conscientização popular sobre a elaboração de prioridades a serem apresentadas. Quanto a finanças e controle é proposta primordial dessa Gestão implantar a CGM – Controladoria Geral do Município, órgão independente, que aglutinará a ouvidoria municipal visando o combate sistemático à corrupção e ao desvio do dinheiro público; publicizar e dar transparência aos contratos de

serviços terceirizados; Anexo ao presente plano de governo está um documento de compromisso, firmado em cartório, sobre a implantação imediata da Controladoria;

1.11 SERVIDORES PÚBLICOS – Valorizar os servidores públicos e aperfeiçoar os Planos de Cargos e Salários; praticar a ética e combater a corrupção por meio de auditorias estratégicas e controle interno, dentre outras práticas; devido a vícios administrativos que perduram por várias gestões sem solução e a falta de concurso público, em determinados setores, existem vários cargos comissionados e contratos de prestação de serviços públicos em vigor. Fazer o enfrentamento desta situação, aliado a contratações e aumentos salariais dados no apagar das luzes de 2012, que comprometeu seriamente as finanças pública municipal, será prioridade, uma vez que o município está no limite máximo de gastos com pessoal segundo a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

1.12 INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE CAMPO GRANDE IMPCG – Não se trata apenas de uma denúncia feita na Assembléia Legislativa, trata-se, sim, de um grave problema que coloca em risco o futuro dos servidores de Campo Grande. O Instituto, que possui 55 anos, necessita ter discutido o seu crédito perante a Prefeitura Municipal buscando uma solução para pagamento e equilíbrio atuarial. É proposta de esse Governo buscar equalizar esse problema;

1.13 JUDICIALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS e DÍVIDA ATIVA– Existem dívidas municipais junto ao Governo Federal, autuadas por falta de recolhimentos do município, que estão sendo postergados os seus pagamentos através de medidas judiciais. Convocar uma auditoria e levar aos órgãos responsáveis será uma das medidas para resolver a gestão fiscal do município, através da Controladoria a ser implantada; na contabilidade do município, encontra-se mais

de um bilhão de reais de crédito, onde todos os prefeitos fizeram programas de pagamento e os mesmos jamais foram liquidados. Fazer uma auditoria para dimensionar o verdadeiro valor desses créditos, bem como a quantidade de crédito podre, também será prioridade.

1.14 HABITAÇÃO – Implementar política pública para a habitação visando garantir o direito à moradia, respeitando as prioridades e situações de emergência, com participação popular e transparência. Priorizar a construção de moradias para população com renda familiar de até três salários mínimos; Reestruturar as políticas vinculadas à habitação garantindo o monitoramento, transparência e efetividade das políticas implementadas com o fortalecimento da EMHA; ampliar e acelerar o processo de regularização fundiária das ocupações irregulares e áreas de risco, mediante implantação de políticas de urbanização e legalização das áreas ocupadas, por meio de gestão democrática e participativa.

1.15 MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE– Garantir transporte coletivo de qualidade, a preços acessíveis e ambientalmente corretos; formular e implementar atividades voltadas à educação para a mobilidade urbana em todos os segmentos da sociedade, com apoio das redes escolares pública e privada e redes sociais; atuar nos gargalos do trânsito de maneira a racionalizar caminhos, minimizar os tempos de deslocamento e criar conforto para os usuários; assegurar equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e circulação segura e confortável de passageiros do transporte coletivo, pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas individuais. Auditar as planilhas existentes sobre a concessão do serviço de transporte coletivo para que seja apresentado o valor real e contratual, bem como a exigência da qualidade. A Agência de Regulação do Município terá que apresentar relatório em 120 (cento e vinte) dias após a posse;

- 1.16 CASCALHAMENTO DAS VIAS NÃO ASFALTADAS –** Adquirir, em razão do sucateamento da Secretaria competente, os maquinários para que a própria Prefeitura faça imediatamente o cascalhamento das vias públicas. É sabedor que vários bairros, chácaras e estradas rurais sofrem permanentemente com esse problema;
- 1.17 TRANSPORTE COLETIVO –** serviço concedido que será auditado a planilha para que seja apresentado o valor real e contratual do serviço público de transporte bem como a exigência da qualidade. A Agência de Regulação do Município apresentará relatório em 120 (cento e vinte) dias após a posse;
- 1.18 SERVIÇOS DE TAPA BURACOS, LIMPEZA, SEGURANÇA E SERVIÇOS MÉDICOS –** Socorrer as 07 (sete) regiões de Campo Grande através de plantões móveis, para que os casos sejam solucionados com maior rapidez, deixando de gerar desconforto e prejuízo à população, dando o devido auxílio à segurança e à saúde, no caso de serviços emergenciais, nos postos já previamente distribuídos.
- 1.19 DISTRITOS DE CAMPO GRANDE E LIDERES DE BAIRRO –** fortalecimento da Coordenadoria para Assuntos Comunitários, dos Movimentos Sociais e Populares como forma de interagir, rapidamente, Prefeito e lideranças comunitárias, além da aproximação dos Distritos de Rochedinho e Anhanduí, no que tange às necessidades específicas.
- 1.20 TURISMO –** Modificar a estrutura utilizada pela SEDESC para o turismo, capacitando os servidores e estimulando-os para as atividades diárias; fortalecer o COMTUR; transformar Campo Grande numa cidade de excelência no turismo de negócios; criar grandes eventos anuais a serem incluídos na

rota nacional e internacional de turismo; elaborar e executar políticas públicas integradas com as entidades do trade, Federações e Sindicatos;